

**POR UMA HISTÓRIA LOCAL: ENSINO DE HISTÓRIA, CURRÍCULO E MATERIAIS
DIDÁTICOS³⁴**

MYZIARA MIRANDA DA SILVA VASCONCELOS
UFPB
myziaramiranda@yahoo.com.br

RESUMO

No Brasil, a partir da década de 1970, os historiadores despertaram para a história regional e local, demonstrando interesse por questões do cotidiano e por sujeitos históricos até então silenciados pela historiografia tradicional. Partindo do princípio que o local é o lugar de experiência e observação privilegiado do sentir-se sujeito da história, o ensino de história local assume uma importância singular por permitir a inserção do educando na comunidade da qual é partícipe, possibilitando que, com base no conhecimento da sua realidade, ele seja capaz de protagonizar ações e propor práticas para solucionar problemas e transformar seu espaço de vivência. Por este motivo, observamos como as orientações curriculares prescrevem seu ensino, no âmbito nacional e estadual, bem como apresentamos um levantamento dos materiais didáticos que contemplam o estudo da história da Paraíba.

Palavras-chave: Ensino de História; História Local; Currículo; Materiais Didáticos.

Apesar de amplamente praticada nos países europeus – França, Itália, Inglaterra, Alemanha, Noruega – constituindo-se como uma tradição alicerçada, a história local ocupou uma posição periférica na historiografia brasileira por longo tempo. Segundo Correa (2002, p.11), isso se deve a “sua escrita predominantemente diletante e sua narrativa demasiado subjetiva”. Este autor destacou que na Europa a história local é feita por historiadores de profissão, cuja produção resulta de diálogos com os amadores, os quais, por sua vez, são detentores de informações e fontes inéditas, em muitos casos, guardiões de arquivos privados que certamente jamais seriam acessados pelos profissionais. Desse modo, foram estabelecidas redes de colaboração entre amadores e acadêmicos contribuindo para consolidação da história local europeia.

No Brasil, assim como nos demais países da América Latina, a história local não era habitualmente produzida por historiadores de profissão, mas por membros da

³⁴ Este texto é uma adaptação de um capítulo da dissertação intitulada “Povos Indígenas na Paraíba: prescrições legais e representações nos materiais didáticos da história local para o Ensino Fundamental (1996-2015)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

comunidade local, figuras notórias como advogados, médicos, políticos, jornalistas, professores ou clérigos. Estes historiadores diletantes não seguem nenhuma teoria ou método reconhecidos pelo meio acadêmico, costumam atribuir um caráter biográfico ou genealógico a sua produção, e se utilizam de uma visão linear da história. Para Correa (2002), esse amadorismo em sua escrita justifica por certo o descrédito da história local teve por longo tempo no seio da historiografia brasileira³⁵.

Para Donner (2012), é possível destacar a existência de múltiplas práticas de história local que resultam em diversas escritas da história. A autora definiu que, quando realizada por não profissionais, a história local “é um gênero de publicações que pretende dar conta das especificidades de uma cidade, região, etnia, não tem como público alvo a Academia, mas sim, os grupos aos quais se refere” (DONNER, 2012, p. 224). Estes pesquisadores não têm a preocupação em explicitar seus métodos e procedimentos, nem em identificar suas fontes, tampouco estabelecem relações com outras produções anteriores de mesma temática. Por este motivo, seus trabalhos não são considerados historiográficos, porém possuem grande importância para os historiadores profissionais por trazerem muitas pistas/fontes, apesar da ausência do rigor acadêmico de suas pesquisas.

Os historiadores diletantes possuem acesso privilegiado tanto as fontes escritas, sendo em alguns casos organizadores de arquivos pessoais, quanto as fontes orais, visto o domínio sobre os aspectos culturais, econômicos e geográficos do local de estudo, além do conhecimento pessoal dos moradores da região. Embora não possuam uma metodologia reconhecida para utilizar estas fontes, sendo criticados por tratar como verdade absoluta as narrativas nelas contidas, tais trabalhos são muitas vezes a única versão da história de uma determinada localidade.

Outro perigo no qual recorrem diversos pesquisadores não profissionais é considerar sua própria experiência empírica como fonte, confundindo sua biografia com a história da comunidade local. Além disso, para Correa (2002, p. 14), “a escrita da história local diletante contém uma avaliação positiva do processo histórico devido ao tratamento demasiado subjetivo por parte do seu autor [...]”, ou seja, a versão da história costuma variar dependendo das escolhas do autor que, por sua vez, confere relevância a determinados acontecimentos em detrimento de outros, conforme sua posição social e seus interesses pessoais. Por este motivo, é comum estes historiadores amadores evidenciarem a

³⁵ Esse cenário mudou bastante nos últimos anos devido ao interesse crescente dos historiadores por temáticas locais, haja vista a grande produção acadêmica dos Programas de Pós-graduação, muitos dos quais, inclusive, possuem Linhas de Pesquisa dedicadas à História Regional (UFPB) e à História Local (UNEB).

trajetória de pessoas ou famílias locais proeminentes, dando visibilidade apenas aos grupos mais abastados e as camadas dirigentes, recaindo no deslize da história personalista (MELO, 2015).

São muitas as críticas dirigidas aos pesquisadores diletantes, porém, devido a sua escrita está dissociada do rigor acadêmico, seus textos tendem a alcançar um maior número de leitores, não raro são lidos e debatidos pelos próprios moradores da localidade, o que é dificilmente alcançado pelas produções dos historiadores profissionais. Certamente, disso resulta o interesse cada vez maior dos acadêmicos acerca dos memorialistas e da história local.

Somente a partir da década de 1970 foi que os historiadores brasileiros – acompanhando uma tendência internacional caracterizada pela adesão de novas abordagens, temas e fontes – voltaram-se para a história regional e local, demonstrando interesse por questões do cotidiano e por sujeitos históricos até então silenciados pela historiografia tradicional. Segundo Melo (2015), nas décadas finais do século XX e o início do XXI, ocorreu uma

[...] revisão nas concepções do que são as histórias regionais e histórias locais, quando são consideradas novas dimensões, novos olhares, novos objetos e novas preocupações, especialmente em tributo aos protagonistas históricos até então silenciados, excluídos e alijados da historiografia oficial que, a partir de então, alcançam uma maior visibilidade nos processos históricos. (MELO, 2015, p.31).

O esgotamento de modelos de interpretação baseados nas macroanálises e a necessidade em se apropriar de contextos locais conduziu os pesquisadores a uma aproximação com a Antropologia, a Geografia e as Ciências Sociais, tomando de empréstimo teorias e metodologias próprias dessas áreas do conhecimento. Por meio deste diálogo interdisciplinar, os historiadores puderam definir um conceito fundamental para o trabalho em escala local, o conceito de região.

Afastando-se da visão determinante que considera a região como o espaço limitado pelas demarcações políticas e geográficas, a historiografia tem se aproximado da compreensão de que a organização espacial é fruto da construção humana, estando em constante articulação com a ação coletiva e expressando uma singularidade relacionada a uma realidade social mais ampla. Dessa forma, o conceito de região não está restrito aos limites administrativos, visto que se refere ao espaço socialmente construído pelas relações políticas, econômicas, sociais e culturais dos grupos envolvidos.

Neste contexto, concordamos com Toledo (2010) quando a autora afirmou que

[...] a história local é entendida aqui como uma modalidade de estudos históricos que, ao operar em diferentes escalas de análises, contribui para a construção de processos interpretativos sobre as diferentes formas de como os atores sociais se constituem historicamente. Ou seja, interessa-se pelos modos de viver, coletivos e individuais, dos sujeitos e grupos sociais situados em espaços que são coletivamente construídos e representados, na contemporaneidade, pelo poder político e econômico, sob a forma estrutural de “bairros” e “cidades”. (TOLEDO, 2010, p. 751).

Embora esteja vinculada ao contexto nacional, a história regional e local não é apenas o seu reflexo em uma escala menor, tampouco tem a função de reafirmá-lo. Conforme Melo (2015, p. 35), a história nacional não deve “ser simplesmente o somatório das histórias locais e regionais”, porém a redução da escala de análise possibilita evidenciar aspectos desconsiderados pelas macro abordagens que são imprescindíveis para seu entendimento. Enquanto a história nacional tende a destacar as semelhanças recaindo em generalizações, a história local revela o específico, o particular, ressaltando as diferenças. Dessa forma, local e global se complementam e não podem estar separados.

Empenhada em definir este novo campo de estudo, a historiografia tem associado história local a micro-história italiana³⁶, segundo a qual autores como Edoardo Grendi, Jacques Revel, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg – num esforço por abandonar “os grandes modelos interpretativos triunfantes da história social” (LIMA, 2012, p. 213) – propunham uma metodologia de pesquisa histórica caracterizada pela redução da escala de análise e observação. Conforme Levi (2011, p. 141), o que define a micro-história é sua capacidade de, por meio da observação microscópica, revelar questões que de outro modo não seriam observadas ou estariam distorcidas pelas generalizações.

Para alguns autores a história local está inegavelmente filiada à micro-história, apropriando-se de seu aparato metodológico. Entendemos, no entanto, que embora ambas trabalhem com escalas reduzidas, a micro-história tem buscado associar as suas análises a um maior número possível de contextos, procedendo o estudo do singular para compreender realidades mais amplas. Em outras palavras, a micro-história faz um caminho metodológico inverso para pensar a história em termos globais, pois se apoia nas experiências particulares, individuais e cotidianas para entender a construção de contextos coletivos, como apontou Levi (2011, p. 144), utilizando a “análise microscópica dos

36 Segundo Giovanni Levi (2011, p. 135), a micro-história “é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo modo, ecléticas”. Enquanto prática, se baseia na redução da escala de observação, na análise microscópica e no estudo intensivo do material documental.

acontecimentos mais insignificantes, como meio de se chegar a conclusões de mais amplo alcance”.

A história local é, por sua vez, um recurso teórico-metodológico de pesquisa e ensino, circunscrita num recorte espacial determinado pela atuação dos sujeitos, porém em articulação com dimensões históricas mais amplas. Dessa forma, a abordagem regional e local da história “apresenta a possibilidade de uma prática relacional entre contextos diferenciados, contemplando a diversidade histórica dos lugares e dos seus protagonistas” (MELO, 2015, p. 47). Não é possível compreender as construções históricas locais isoladamente³⁷. É necessário, portanto, a associação entre o micro e o macro, sem que exista uma hierarquia entre estas escalas, mas sim uma variação que é indispensável para uma visão global do objeto de estudo³⁸.

A história local, enquanto estratégia metodológica para a pesquisa e o ensino, possui as suas especificidades e requer ferramentas particulares que presume

(...) a presença da história em todos os lugares; a integração dos lugares a outros espaços e contextos; a inclusão de novos problemas e novos objetos à investigação histórica, bem como a ampliação/diversificação dos sujeitos e das fontes históricas; a aproximação afetiva e física dos indivíduos com o objeto de estudo como um dos fatores motivadores para a produção e divulgação do conhecimento; o apego à localidade como uma condição motivadora para a aprendizagem; o local como lugar de experiência e observação privilegiado do sentir-se sujeito da história. (FAGUNDES, 2006, p. 94).

No Brasil, o processo de consolidação da história local enquanto campo de pesquisa está associado a criação dos inúmeros programas de pós-graduação em História nas diferentes regiões do país, possibilitando a produção de um volume considerável de trabalhos voltados às questões locais, quer pela busca pelo fortalecimento das identidades regionais, quer pelo acesso privilegiado às fontes (DONNER, 2012; FAGUNDES; 2006; MELO, 2015).

Uma produção representativa desta tendência historiográfica nos meios acadêmicos brasileiros foi a publicação, em 1990, do livro “República em Migalhas”, organizado por

³⁷ Considerar a história local de modo isolado significa recair no erro do localismo. Melo (2015, p. 64-65) destacou os perigos e equívocos que devem ser evitados quando se opta pelo trabalho com história local, quais sejam: 1) não definir marcos relacionais entre a realidade local e os contextos mais amplos da história; 2) considerar o fazer pesquisa no campo da história local mais simples do que fazê-lo na esfera nacional; e 3) desenvolver uma perspectiva reducionista e/ou localista, isto é, uma visão estreita do local desconsiderando a importância e relação com outros espaços.

³⁸ Nesse sentido, Neves (1997, p. 22) afirmou que “o local fora do contexto geral é apenas um fragmento, e o geral, sem o respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração, e, neste caso, ambos estarão destituídos de sentido”.

Marcos A. da Silva. A coletânea abordou questões teórico-metodológicas relacionadas a definição do conceito de região, a identificação e delimitação do objeto de estudo da história local e a discussão do método para utilização das fontes orais. A obra apresentou ainda diversas possibilidades de estudo de história regional e local, bem como ressaltou a variedade de fontes empregadas. O livro “República em Migalhas” foi resultado das discussões iniciadas no XIII Simpósio Nacional da ANPUH/1985, realizado em Curitiba, expressando o interesse dos círculos acadêmicos pela temática regional e local.

O uso deste recurso teórico-metodológico não se restringiu apenas a pesquisa – através da produção de monografias, dissertações e teses – mas esteve presente também no ensino de história. Neste sentido, destacamos a atuação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR/UFPB³⁹ que, desde a sua implantação em 1976, tem se preocupado com a relação pesquisa/ensino desenvolvendo atividades ligadas aos diferentes níveis da Educação Básica.

A história regional/local é por definição a área específica de pesquisa do NDIHR, que atua tanto na análise documental e organização de acervos, quanto na produção historiográfica sistematizada em linhas temáticas⁴⁰, privilegiando a história da Paraíba. Dentre as linhas de pesquisa, ressaltamos “Educação e Sociedade” devido a sua vinculação com uma proposta desenvolvida pelo Núcleo desde a década de 1980, caracterizada pela articulação entre a história local e o ensino básico. Nesta linha foram realizados projetos de “Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos”⁴¹, com o objetivo de produzir material didático para as séries iniciais do Ensino Fundamental. O NDIHR também foi responsável por promover um curso de formação para os professores dos

39 O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR é um órgão complementar da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, localizado no Campus I – João Pessoa-PB, tendo como objetivos básicos o resgate e a preservação da memória e a produção do conhecimento crítico sobre a realidade nordestina. O NDIHR possui uma equipe multidisciplinar que abrange profissionais das áreas da História, Filosofia, Sociologia, Educação, Comunicação, Psicanálise, Arquivologia, Ciência da Informação e Geociências. Disponível em <<http://www.ndihr.ufpb.br/programa/educacaoesociedade.html>> Acesso 03 mar. 2017.

40 No total são 11 linhas temáticas: Estrutura de Poder, Indústria e Trabalho no Nordeste, Educação e Sociedade, Questão Agrária na Paraíba, Arqueologia, Manifestações Culturais na Paraíba, Sexo e Relações de Gênero, Relações Comerciais da Paraíba, Formação Histórica da Rede Urbana, Economia Pesqueira do Nordeste, Movimentos Sociais Urbanos.

41 O projeto inicial foi sobre a história de Patos (1982-1983), e em uma parceria com o Instituto de Desenvolvimento Estadual e Municipal da Paraíba (IDEME), prosseguindo com a história dos municípios de Ingá (1989-1993), Pedras de Fogo (1989-1993), Conde (1991-1996), Cabedelo (1994-1996), Areia (1995-1996), Guarabira (1996-1999). Atualmente a pesquisa é realizada no município de Serra Branca, no Cariri paraibano. Disponível em <<http://www.ndihr.ufpb.br/programa/educacaoesociedade.html>> Acesso 03 mar. 2017.

municípios envolvidos, a fim de orientá-los acerca das possibilidades de uso dos materiais produzidos (MELO, 2015).

Outra produção do NDIHR voltada ao ensino de história regional/local foi a publicação de livros sobre História da Paraíba destinada, especificamente, aos professores de Ensino Fundamental e Médio, na tentativa de reduzir a lacuna bibliográfica nesta área. A coleção denominada “História Temática da Paraíba” foi organizada em quatro volumes⁴² conforme os temas discutidos pelos pesquisadores nas diversas linhas de pesquisa do Núcleo.

Estas e outras iniciativas evidenciaram a importância da articulação entre pesquisa e ensino no tangente ao estudo da história regional/local. Neste sentido, Neves (1997, p. 19) afirmou que “a ligação, imprescindível, entre o conhecimento e a ação, em história, embasa todas as concepções que atribuem importância fundamental à história local, uma vez que ela é o espaço de ação, por definição”. Trata-se, portanto, da relação indissociável entre a produção/construção e a socialização do conhecimento e, deste, com as ações dos sujeitos históricos que ocorrem, por excelência, na escala do local.

Neste contexto, o ensino de história local assume uma importância singular por possibilitar a inserção do educando na comunidade da qual é partícipe, favorecendo que, com base no conhecimento da sua realidade local, seja capaz de protagonizar ações e propor práticas para solucionar problemas e transformar seu espaço de vivências. Entendemos que o ensino da história da comunidade, do bairro e da cidade dos educandos contribui de modo significativo para que se percebam sujeitos da história. Por este motivo, as orientações curriculares costumam prescrever o ensino de história local, principalmente nos primeiros anos de escolarização, como poderemos verificar através da análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental (anos iniciais) e dos Referenciais Curriculares para o Ensino Fundamental da Paraíba (RCEF-PB).

A LDBEN definiu que é responsabilidade da União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecer competências e diretrizes para orientar os currículos e seus conteúdos mínimos, a fim de proporcionar uma formação básica comum. Ainda sobre esta matéria, a LDBEN determinou que essa base nacional

42 Foram quatro volumes, cada um deles relacionado a um tema: Vol. 1 – O Trabalho da Paraíba; Vol. 2 – Atividades Produtivas na Paraíba; Vol. 3 – Questão Urbana na Paraíba; e Vol. 4 – Estrutura de Poder na Paraíba. Os autores, à época, eram todos docentes do Departamento de História da UFPB.

comum deverá ser complementada por uma parte diversificada, considerando as características da região e do local de vivência do educando. Conforme a redação do *caput* do Art. 26, alterado pela Lei 12.796/2013,

Os currículos da educação infantil⁴³, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 2013).

Visando à garantia de um currículo de base nacional comum, de um lado, e o respeito às diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país, de outro, o Ministério da Educação publicou, a partir de 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, com o objetivo de orientar o trabalho dos professores, auxiliando-os na elaboração do currículo, no planejamento das aulas e na seleção de materiais didáticos.

No âmbito do Ensino de História, as prescrições curriculares oficiais, consubstanciadas nos PCN, reforçam o consenso acerca da impossibilidade de se estudar a História na sua totalidade, nos seus variados tempos e sociedades, admitindo que “a história ensinada é sempre fruto de uma seleção” (GUIMARÃES, 2012, p. 61). Mas, como fazer essa seleção? Que critérios adotar para realizar tais escolhas? Quais conteúdos ensinar? O que seria importante e significativo ensinar nas aulas de história? Se considerarmos o aspecto dinâmico do currículo, não encontraremos uma lista pronta e completa dos conteúdos a ser ensinados, mas sim caminhos possíveis a serem tomados como referenciais.

Segundo os PCN, o objetivo do ensino de História no Ensino Fundamental é contribuir para que os alunos ampliem a compreensão de sua realidade, sendo capazes de confrontá-la e relacioná-la com outras realidades históricas, a fim de fazer escolhas e agir de acordo com seus próprios critérios (BRASIL, 1997). Este documento⁴⁴ aponta para uma

43 A nova redação, alterada pela Lei nº 12.796/2013, incluiu na normativa a Educação Infantil, visto que a divisão do currículo em uma parcela de base nacional comum e outra diversificada só estava prevista para o Ensino Fundamental e Médio.

44 A elaboração dos PCN de História é anterior a Lei nº 11.274/2006, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ampliando para nove anos a duração do Ensino Fundamental. Nesse sentido, enquanto as novas Bases Nacionais Comuns Curriculares não forem implementadas, esses documentos que analisamos continuam sendo consideradas as prescrições oficiais.

organização curricular pautada em eixos temáticos, conforme demonstramos no quadro a seguir.

Quadro 1 – Organização Curricular PCN de História do Ensino Fundamental

Ensino Fundamental	Ciclos	Eixos temáticos
Anos Iniciais	Primeiro Ciclo	História local e do cotidiano
	Segundo Ciclo	História das organizações populacionais
Anos Finais	Terceiro Ciclo	História das relações sociais, da cultura e do trabalho
	Quarto Ciclo	História das representações e das relações de poder

FONTE: BRASIL, 1997b. (Adaptado pela autora.)

Os eixos temáticos propostos para os anos iniciais do Ensino Fundamental enfatizam o estudo de história local, sem deixar de considerar suas relações com o regional, o nacional e o global. Esta preocupação em aproximar o aluno de seu cotidiano, da sua família e de seu entorno visa a estabelecer identidades e diferenças com outros indivíduos e grupos sociais presentes na realidade vivenciada por ele (BRASIL, 1997). Os conteúdos propostos devem, assim, integrar a história do cotidiano da criança, do seu tempo e do seu espaço a uma situação mais ampla, incluindo outros contextos históricos. Em outras palavras, o ensino de história local e do cotidiano permite articular a história individual a uma história coletiva (BITTENCOURT, 2011).

No primeiro ciclo, os PCN indicam que os alunos iniciem seus estudos pelo tempo presente, comparando a vida em família com a de outra coletividade mais ampla a qual passam a integrar – a escola. O estudo da localidade prevê um levantamento das semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais entre os alunos da classe e deles com as demais pessoas que compõem a escola, além da identificação das mudanças e permanências dos costumes das famílias e nas instituições escolares ao longo do tempo. Neste sentido, os PCN apontaram que o ensino de história local proporciona aos alunos informações favorecendo

[...] pesquisas com depoimentos e relatos de pessoas da escola, da família e de outros grupos de convívio, fotografias e gravuras, observações e análises de comportamentos sociais e de obras humanas: habitações, utensílios caseiros,

ferramentas de trabalho, vestimentas, produção de alimentos, brincadeiras, músicas, jogos, entre outros (BRASIL, 1997, p. 40).

Após o conhecimento das características dos grupos sociais de convívio diário do estudante, sugere-se a ampliação dos estudos sobre os modos de vida de outros grupos da localidade no presente, traçando comparações. Por fim, é recomendada a pesquisa sobre o passado do lugar para observar as transformações e as continuidades nas vivências sociais, econômicas e culturais da coletividade no tempo. A partir disso, os PCN aconselham o trabalho com a história de uma comunidade indígena que habita ou habitou a mesma região onde os alunos moram, em virtude de possibilitar a percepção das mudanças ocorridas naquele espaço e, concomitantemente, contribuir para o conhecimento dos costumes, das relações sociais e de formas de trabalho diferentes do cotidiano do educando.

Apropriando-se do conhecimento sobre o local no qual residem, os estudantes enriquecerão “seu repertório histórico com informações de outras localidades para que possam compreender que seu espaço circundante estabelece diferentes relações locais, regionais, nacionais e mundiais” (BRASIL, 1997, p. 46), sendo esta a proposta para o segundo ciclo do Ensino Fundamental. Somente o alargamento das fronteiras temporais e espaciais possibilitarão aos sujeitos históricos a compreensão das particularidades locais, bem como dos elementos partilhados e recriados a partir das relações com outros lugares. Dessa forma, entendemos que as prescrições dos PCN estão em consonância com a historiografia no que diz respeito ao ensino de história regional/local, visto que recomenda a articulação do local com dimensões históricas mais amplas.

Os Referenciais Curriculares para o Ensino Fundamental do Estado da Paraíba – RCEF-PB, publicado em 2010, também prescreveram o ensino de história local para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Considerando a estrutura de 9 anos, os RCEF-PB estabeleceram como eixo orientador no 3º ano o estudo dos “Grupos de convívio, grupos sociais e sociedade no espaço vivido (local/cidade)”, sugerindo os conteúdos a serem trabalhados, conforme reproduzimos no quadro a seguir:

Quadro 2 – Organização de Conteúdos para o 3º ano do Ensino Fundamental – RCEF-PB

	Unidade	Conteúdo
	I	Nossos lugares de vivências e suas lembranças – ruas e bairros.

3º		(Os lugares e a identidade social)
	II	Cidade – uma construção de muitos tempos. (Estrutura e Organização Social: desigualdades sociais)
	III	Modos de Vida e Sobrevivência. (Relações de trabalho, produção e cotidiano, relação cidade/campo)
	IV	Administração, Cidadania e Cultura. (Relações de Poder, participação política, Culturas e Diversidades Culturais)

FONTE: PARAÍBA, 2010. (Adaptado pela autora.)

Nesta proposta, espera-se que o aluno conheça os aspectos de constituição da rua, do bairro e da cidade onde vive como lugar, percebendo suas funções e organização como resultado da experiência histórica dos moradores na atualidade ou em outros tempos. O ensino da história do local de vivência suscita discussões e reflexões acerca das ações possíveis para melhorar as condições das ruas/bairros ou cidade, contribuindo para a formação e consolidação da identidade social dos estudantes que passam a se reconhecerem enquanto agentes responsáveis e transformadores de sua própria história (PARAÍBA, 2010).

Se o local é o objeto de estudo indicado para o 3º ano do Ensino Fundamental, os RCEF-PB ampliaram a escala de observação no 4º ano ao prescreverem o ensino de História da Paraíba. No eixo “Sociedade, grupos sociais e suas relações em diferentes espaços e tempo”, os referenciais estabelecem o estudo da história local (Paraíba) em articulação com a história nacional, como demonstramos no quadro abaixo:

Quadro 3 – Organização de Conteúdos para o 4º ano do Ensino Fundamental - RCEF-PB

	Unidade	Conteúdo
4º	I	A história que se narra – passos para a pesquisa e a história que se faz. Histórias do meu lugar
	II	O cotidiano e a formação política – tempos da Paraíba (Abrir para o Brasil)
	III	No dia-a-dia, no trabalho e na luta – tempos da Paraíba (Abrir para o Brasil)

	IV	Vive-se e aprende-se a viver na diversidade: educação, cultura, esporte e lazer na Paraíba

FONTE: PARAÍBA, 2010. (Adaptado pela autora.)

O caminho apontado pelos RCEF-PB para os anos iniciais do Ensino Fundamental parte do estudo da identidade pessoal e social (eu e nós) para o local/regional (rua, bairro, cidade, estado), buscando sempre a associação com temporalidades e espacialidades mais estendidas. Neste sentido, os RCEF-PB estão em conformidade com as prescrições dos PCN, indicando “que os estudos sejam disparados a partir de realidades locais, ganhem dimensões históricas e espaciais múltiplas e retornem ao local, na perspectiva de desvendá-lo, de desconstruí-lo e de reconstruí-lo em dimensões mais complexas” (BRASIL, 1997b, p. 47). No entanto, os próprios referenciais apontaram que um dos entraves a efetivação desta proposta curricular é a ausência ou inadequação de materiais didáticos que privilegiem as histórias regionais/locais.

Em razão das orientações dispostas nos PCN, reverberadas nos RCEF-PB, o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD incluiu em seus editais, a partir de 2004, uma convocação de editores para o processo de seleção e aquisição de livros de História Regional, visando a atender uma demanda por materiais didáticos que contemplassem a história regional/local. O Programa definiu critérios de avaliação destes materiais, muitos dos quais são comuns a análise das coleções didáticas, como a inserção da História e da Cultura da África, dos afrodescendentes e dos povos indígenas, por exemplo. Embora a avaliação destes artefatos só tenha se iniciado em 2004, a sua produção e distribuição nas escolas é anterior a seleção do PNLD e extrapola seus critérios, conforme verificamos após um levantamento dos materiais didáticos de História da Paraíba.

Há uma variedade de artefatos que podem ser usados no contexto escolar com a função de contribuir no processo de ensino e aprendizagem, sendo, portanto, denominados materiais didáticos. Deste universo, selecionamos os livros que se dedicam ao ensino da história local que, segundo Freitas (2009, p. 9), “registram a experiência de grupos que se identificam por fronteiras espaciais e socioculturais – seja na dimensão de uma cidade, seja nos limites de um Estado ou de uma região do Brasil”.

Após um levantamento dos materiais de didáticos de História da Paraíba, publicados nas duas últimas décadas, inventariamos 19 títulos⁴⁵, dos quais seis são destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental (32%), nove aos alunos do Ensino Médio (47%) e em quatro títulos não há indicação de nível de ensino (21%). Este conjunto de fontes é diverso quanto ao tipo de abordagem, variando entre livros didáticos, paradidáticos, história em quadrinhos, manuais de preparação para vestibulares e concursos, coletânea de textos e livros temáticos.

Embora o ensino de história local não esteja expressamente indicado nas orientações curriculares nacionais para o Ensino Médio, como ocorre nas prescrições dos anos iniciais do Ensino Fundamental, esta temática foi contemplada nos conteúdos programáticos dos exames de ingresso das universidades públicas do estado da Paraíba durante longo período precedente a implementação do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, como instrumento de seleção⁴⁶. Portanto, o ensino de história local nas escolas de Ensino Médio da Paraíba – públicas e privadas, esteve mais atrelado à preparação para os vestibulares das instituições de ensino superior do estado do que às exigências curriculares dos referenciais nacionais ou locais, justificando o número considerável de publicações encontradas.

Já os materiais didáticos destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental⁴⁷ formam um total de seis títulos, sendo cinco livros didáticos e um paradidático, publicados em 1997, três em 2011, um em 2014 e o outro em 2007, respectivamente. Dos cinco livros didáticos de história destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental encontrados em nosso levantamento, quatro foram analisados e aprovados pelos editais para o PNLD 2010, 2013 e 2016⁴⁸, por atenderem aos critérios de seleção estabelecidos.

⁴⁵ Esses materiais didáticos foram encontrados em vários acervos pessoais, em livrarias comerciais, em bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (IES) e de escolas públicas municipais e estaduais e “sebos” na cidade de João Pessoa-PB. Consultamos editoras, bibliotecas e “sebos” *on line*.

⁴⁶A temática local figurou/figura entre os conteúdos programáticos de certames de ingresso no serviço público do estado, como por exemplo, no concurso para Oficiais (Polícia e Bombeiros) e para professores da Educação Básica. Registramos também, que por conta dessas exigências a História da Paraíba é contemplada em duas disciplinas no curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Universidade Federal da Paraíba.

⁴⁷ Os anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano, antigas de 5ª a 8ª série) não tem indicação nos PCN, nem nos RCEF-PB para o estudo da História da Paraíba, porém isso não significa que os professores não possam lecionar esse conteúdo, inclusive se levarmos em conta a necessidade da adoção do jogo de escalas entre o global – nacional – regional – local.

⁴⁸ Os livros didáticos distribuídos pelo FNDE, através do PNLD, devem ser utilizados por três anos consecutivos. Os livros de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e os livros regionais

O livro didático regional destinado aos anos iniciais do Ensino Fundamental e registrado no PNLD possui um significativo diferencial sobre os demais materiais encontrados, isto porque este artefato é bastante prestigiado pelas políticas públicas direcionadas à Educação Básica. Segundo Freitas (2009), o Brasil é o país que mais investe na aquisição e distribuição de livros didáticos e, para isso, utiliza recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Por este motivo, certamente, estes livros têm uma circulação e um alcance maior se comparado aos demais.

Ao procedermos o levantamento dos materiais didáticos de História da Paraíba, verificamos que a maioria dos livros catalogados aborda a história do estado a partir da divisão tradicional (Colônia, Império, República), apresentando também aspectos da cultura local, bem como os símbolos do estado. Espera-se que por meio do estudo da história local os estudantes percebam as transformações sucedidas ao longo do tempo e reconheçam-se como parte deste processo, a fim de formarem a sua identidade de paraibano.

REFERÊNCIAS

BITTENCOUT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamento e métodos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. História local e seu dever historiográfico. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 2, p. 11-32, jul./dez. 2002.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. In. XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: história, memória, patrimônio. **Anais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012, p. 223-235.

FAGUNDES, José Evangelista. **A História Local e seu lugar na história: histórias contadas em Ceará-Mirim**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2006.

FREITAS, Itamar (org). **História regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

são reutilizáveis, ou seja, devem ser devolvidos ao final do ano para serem utilizados por outros alunos. Os editais, publicados com intervalo de três anos para cada nível de ensino, estabelecem as regras para a inscrição do livro didático, determinando o prazo e os regulamentos para a habilitação das obras pelas editoras. Eles são geralmente publicados 2 anos antes do início da vigência das obras, assim o PNLD 2016, por exemplo, teve Edital publicado em 2014, avaliação e distribuição em 2015, com vigência entre 2016-2018. Por este motivo, a estrutura de organização do PNLD é trienal.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. 13ª ed. ver. e amp. Campinas: Papyrus, 2012.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In. BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 2011. p. 131-163.

LIMA, Idelsuite de Sousa. **A Abordagem do Ensino de História Local nos Livros Didáticos das Séries Iniciais**. 2012. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/GT0801.htm>>. Acesso 01 nov. 2016

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa. **História Local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. **Saeculum** – Revista de História. João Pessoa: Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 3, jan./dez. 1997.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, p. 743-758, jul./dez. 2010.

DOCUMENTOS LEGAIS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (1996). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 07 jun.2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997. (1997). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>> Acesso 15 ago. 2014.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Gerência Executiva da Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental: Ciências Humanas, Ensino Religioso e Diversidade Sociocultural**. João Pessoa: SEC/Grafset, 2010. (2010b). Disponível em <http://portal.virtual.ufpb.br/historia/novo_site/Biblioteca/complementares/rcefvol2cienciahumanaensimoreligiosodiversidadsociocultural.pdf> Acesso 17 ago. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. (2013). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1> Acesso 28 mai. 2015.